

PROTOCOLO DE PARCERIA
ENTRE
M_EIA - Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura
ORDEM DOS ARQUITECTOS DE CABO VERDE

Considerando o interesse de que se reveste o estreitamento das relações técnico-científicas entre as duas instituições e animadas pelo firme propósito de, através de uma sólida e profícua parceria, potenciar as condições que lhes permitam cumprir eficazmente as missões que lhes são confiadas;

A **Ordem dos Arquitectos de Cabo Verde (OAC)**, foi criada pelo Decreto-Lei nº 60/99, de 11 de Outubro, e os novos Estatutos aprovado pelo Decreto-Lei nº 43/2009, de 9 de Novembro de 2009, é uma associação pública com personalidade jurídica, representativa dos licenciados em arquitectura e urbanismo, representado no acto pelo seu Bastonário, Arquitecto César Rolando Monteiro de Freitas,

e

A **Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura, (M_EIA)**, representado no acto pelo seu Reitor, Doutor Leão Monteiro Lopes, é celebrado o presente Protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula I

(Objecto)

O Objectivo deste Protocolo é criar as condições básicas para promover acções e colaborações entre as duas instituições na problemática comum de, optimizando os recursos de que dispõem, de uma forma concertada e integrada.

Cláusula II

(Modalidades de Cooperação)

Pelo presente Protocolo, as Partes concordam e comprometam-se à:

1. Articular de forma conjunta a competência técnica e equipamentos com vista a realização de projectos programados ou pontuais, sem pôr em causa o normal funcionamento de cada Instituição.
2. Colaborar nos domínios técnico, profissional e científica na área de suas actividades, abrangendo, entre outras, as seguintes acções:



- a) Realização conjunta de conferências, seminários ou cursos de formação específica e outros eventos;
- b) Participação mútua em congressos, colóquios organizados por qualquer das instituições acima referidas;
- c) Apoio a projectos de investigação conduzidos nas referidas instituições;
- d) Desenvolvimento de projectos programados ou outros pontuais, de modo conjunto, cujo interesse decorra das responsabilidades de cada uma das entidades;
- e) Emissão de Pareceres Conjuntos sempre que se justificar e solicitado por uma das partes;
- f) Permuta de documentação e publicações, resultantes dos trabalhos de pesquisas realizadas nas respectivas instituições;
- g) Cooperar em publicações de trabalhos de interesse mútuo;
- h) Divulgação de actividades realizadas nas duas instituições.

Cláusula III

(Visibilidade)

As instituições comprometem-se através deste Protocolo conferir a maior visibilidade possível às actividades, nomeadamente através da Comunicação Social, Internet, ou outros meios promovidos por cada uma das instituições. O nome e o logótipo das instituições deverão constar em todas as acções empreendidas no âmbito da realização do presente Protocolo.

Cláusula IV

(Encargos)

1. Em conferências, palestras e outras actividades afins realizadas em conjunto, os custos serão repartidos entre as Partes, em proporções a estabelecer, caso a caso;
2. Para as actividades referidas na alínea anterior e outras que impliquem utilização de espaços físicos das Partes, tais espaços serão concedidos a custo zero;
3. As partes concordam em esforçar-se a adquirir os meios indispensáveis à materialização das disposições deste Protocolo e dos programas adicionais futuros, que não se enquadrem nas alíneas procedentes;
4. As partes comprometem-se a acordar previamente, caso a caso, os valores para a prestação de colaboração e de serviços prestados por cada instituição, por forma a cobrir os custos reais e administrativos dispendidos, por cada instituição, no âmbito dos trabalhos a realizar.




Cláusula 5ª

(Vigência e entrada em vigor)

1. O presente Protocolo é valido por período indefinido e entra em vigor imediatamente após a sua assinatura pelas Partes;
2. A anulação ou cessação do Protocolo será efectiva três meses, após respectiva decisão e comunicação entre as Partes;
3. Todas as modificações e adendas a este Protocolo requerem a aprovação, por escrito, por ambas as Partes.

Cláusula 6ª

(Casos Omissos)

Os **Casos Omissos** ou duvidosos serão resolvidos por comum acordo e, na falta dele, nos termos da legislação aplicável.

Feito na Praia, 26 de Outubro de 2011.

Pela

Ordem dos Arquitectos de Cabo Verde



Arq. César Freitas

Bastonário

Pelo

M_EIA – Inst. Univ. Arte, Tecn. e Cultura

Doutor Leão Monteiro Lopes

Reitor